

A IDEOLOGIA E SUA FUNDAMENTAÇÃO NO TRABALHO

Jesus RANIERI¹
Nara Roberta SILVA²

■ **RESUMO:** O presente artigo apresenta a caracterização da ideologia como elemento cuja função é dirimir conflitos sociais. Embasados nas indicações presentes na obra de Marx, sinalizamos que esta apreensão do fenômeno ideológico é possível a partir da consideração do trabalho como cerne da vida social; com isso, a ideologia torna-se fundamental para o movimento da formação social. Finalmente, para esta contribuição, buscamos mostrar a importância da produção de valores e sua apreensão na chamada vida cotidiana.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Marx. Ideologia. Trabalho. Ciência. Consciência. Epistemologia. Ontologia.

Neste artigo³, tomaremos preliminarmente o fenômeno ideológico como objeto de investigação de uma teoria, no campo do marxismo, que preconiza este mesmo fenômeno como elemento que existe para dirimir conflitos sociais. Longe de se apresentar como unanimidade, esta leitura – relativamente pouco difundida – delinea e caracteriza de modo bastante peculiar o que vem a ser então entendido como *ideologia*, compreensível somente por meio da consideração da obra de Marx como um todo, na (re)tomada dos aspectos que a caracterizam enquanto uma *teoria social*.

¹ UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – jranieri@unicamp.br

² UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Mestranda, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas – SP – Brasil. 13083-896.

³ Em outra ocasião, o tema *ideologia* foi desenvolvido por nós de maneira um pouco mais detida. A respeito, vide: Ranieri (2002/2003).

Segundo essas indicações, buscaremos, ao longo das páginas que se seguem, apresentar a mencionada abordagem, cujo início estará restrito à indicação da relação sujeito-objeto, tomando a caracterização do homem enquanto *ser que dá respostas* como o solo da exposição dos nexos que levam ao nascimento da ideologia. Num segundo momento, a apresentação se estenderá ao lugar específico ocupado pela ideologia na chamada vida cotidiana. Nesse sentido, e para desenvolver este texto, entendemos que é bastante importante procurar associar aquilo que, no dia-a-dia, é retido na mente dos homens para se transformar, mais tarde, em meios de ação norteadores de suas vidas, algo como um “processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social” (EAGLETON, 1997, p.38). Dessa forma, partimos já de um princípio que considera que é muito importante entender porque se pensa e se age de uma maneira ao invés de outra, que não encontra o mesmo respaldo na vida social. Em síntese, a produção de valores na vida cotidiana, por um lado, e, por outro, a possibilidade de apreensão destes mesmos valores, para que se possa compreender a produção social da própria vida, são os elementos que norteiam a intenção deste texto no que diz respeito à discussão do fenômeno ideológico.

É claro, para nós, que a abordagem da ideologia, nos marcos da referida perspectiva, ganha sentido somente quando consideramos a fundamentação do fenômeno ideológico no trabalho – entendido como fundante da sociabilidade humana. Com isso, a ideologia caracteriza-se, então, como elemento crucial no movimento da formação social, contribuindo para sua constituição, manutenção e/ou mudança.

Assim, buscaremos, neste texto, levantar alguns aspectos introdutórios que embasam e constituem a perspectiva de ideologia aqui defendida (aquela que remete ao fenômeno ideológico segundo a compreensão do marxismo), de modo a, conseqüentemente, diferenciá-la de outras concepções até bastante difundidas – porém, ao nosso ver, insuficientes para a retenção da amplitude que a ideologia implica.

Abordagens do tema ideologia

Parece-nos que, para enfrentar essas primeiras preocupações que vão sendo colocadas, vale a pena voltar a uma questão que sempre chamou a atenção de boa parte daqueles que trataram

do conceito de ideologia: que a relação entre verdadeiro e falso pode ser um dos elementos indicativos do cerne da discussão, ainda que não seja o único. Se tomarmos como referência um significativo número de trabalhos a respeito do tema, notaremos que é bastante forte a tendência a desenvolvê-lo do ponto de vista gnosiológico, ou seja, a partir da chamada teoria do conhecimento. Precisamente, o método objetivo de investigação exigiria a supressão daqueles fatores que podem conduzir ao erro no processo do pensar, limpando o terreno para a reprodução conceitual fidedigna do mundo e do objeto a ser trabalhado.

Tomado nesse sentido, o termo ideologia foi pela primeira vez usado de forma sistemática – à medida que contrapunha ideologia à ciência – por Destutt de Tracy (1970 [1801]) em seus *Elementos de ideologia*, ainda durante o processo revolucionário na França. O intuito do autor era tentar constituir uma disciplina capaz de servir de fundamento ao conjunto de todas as ciências, por meio da edificação de uma ciência das ideias circunscrita ao campo da zoologia. A referida disciplina procurava estudar e conhecer tanto a origem das ideias como as leis a partir das quais elas se formavam, a fim de que o pensamento pudesse abstrair e rejeitar aquelas proposições que tivessem um caráter de falsidade e obscurantismo. O resultado dessa operação seria, assim, a garantia do progresso científico, pois a objetividade da investigação passaria necessariamente pela anulação das idéias falsas.

Bem antes de Destutt de Tracy, porém, a preocupação com a possibilidade de um conhecimento efetivamente fundado na racionalidade do mundo empírico já tinha tomado forma. Desde Francis Bacon (1973), passando, por exemplo, pelos enciclopedistas franceses e seus discípulos até D'Holbach, a relação entre o verdadeiro e o falso é tanto exposição metódica e metodológica da verdade do mundo empírico em contraposição aos preconceitos do pensamento quanto uma tomada de posição em relação às representações estatais absolutistas e clericais⁴.

⁴ A esse respeito, algumas obras têm um caráter verdadeiramente fundamental, pois os seus autores tomavam o conhecimento como arma não somente de combate à ignorância e à falsidade, mas igualmente de contraposição aos preconceitos do Estado e da Igreja, posto que os poderes estatal e clerical tinham pleno interesse na manutenção de pré-conceitos. Podemos citar, como exemplos: *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, de Condorcet (1993); *Catecismo des industriels* [*Catecismo dos industriais*], de Saint-Simon (1966). Como obra proponente de um materialismo ateu: *La politique naturelle: ou discours sur les vrais principes du gouvernement* [*A política natural ou Discurso sobre o verdadeiro princípio do governo*], de D'Holbach (1971 [1773]). E ainda, também do mesmo autor: *Ethocratie: ou Le Gouvernement fondé sur La Morale* [*Etocracia – o governo fundado na moral*] (1973 [1776]).

É importante que se diga que essa oposição entre falso e verdadeiro, se tomarmos a questão sob perspectiva histórica, foi muito importante para que a própria ciência se impusesse como forma legítima de saber que rompia com o sentido de verdade enquanto argumento de autoridade. Mas essa relação entre falso e verdadeiro, que contrapunha ideologia e ciência, não é a única perspectiva a partir da qual é possível trabalhar e abordar esse tema. Em outras palavras, uma coisa é pensarmos no projeto da filosofia empirista ou na filosofia das luzes e nos seus empreendimentos diante de uma realidade sócio-política instável, que já não correspondia às necessidades da sociedade então emergente. Outra é centrarmos nossa atenção na validade, ou não, da questão puramente teórico-conceitual a respeito da ordenação dos percursos, correções e incorreções do pensamento, ou seja, uma perspectiva única e exclusivamente voltada para a problemática particular, interna, do processo de conhecimento.

Para uma outra corrente de produção teórica, a marxista – seguramente aquela cuja apreciação do fenômeno ideológico serviu e serve como contribuição fundamental à elaboração de uma ampla teoria, cujas ressonâncias extrapolam o seu próprio campo teórico –, a questão da ideologia enquanto fenômeno submetido à crítica gnosiológica se coloca sob duas perspectivas bastante fortes – embora não-exclusivas. Em linhas gerais, na primeira, aparece como superestrutura em que os sujeitos são suprimidos pela sua manifestação puramente ideal, justificada pela preponderância da base econômica na determinação dos processos sociais. Já na segunda, a ideologia é vista como sinônimo de falsa consciência – perspectiva que, na maioria esmagadora das vezes, é atribuída ao próprio Marx, sob a designação de “consciência invertida”, dadas as críticas dirigidas por este autor a diferentes manifestações teóricas oriundas da filosofia, especialmente aos chamados jovens hegelianos, aqueles discípulos de Hegel cuja produção mais significativa remonta à primeira metade do século XIX (fundamentalmente os primeiros anos da década de 1840).

Será difícil, porém, encontrar em Marx indicações que corroborem incondicionalmente qualquer uma das duas acepções acima expostas, na medida em que sua preocupação nos remete a um critério que antecede a pergunta gnosiológica a respeito da elaboração do instrumental correto para a efetivação do conhecimento – esta sobre a qual viemos discorrendo. Dito de

outro modo, a preocupação marxiana remete, antes, à origem e ao desenvolvimento do próprio ser, à necessidade de saber como algo se apresenta no decorrer da consecução de seu processo de constituição a partir de determinações a serem investigadas, independentemente de sua apreensão cognitiva ser falsa ou verdadeira sob o ponto de vista da teoria do conhecimento.

Em consequência disso, um dos componentes fundamentais da investigação científica sem dúvida nenhuma é a ancoragem no processo de desenvolvimento daquele objeto que está sendo estudado, enxergando na *pesquisa genética* o elemento constitutivo da possibilidade de exposição da verdade. A realidade, segundo essa mesma perspectiva, está sujeita a uma dinâmica que pode ser apreendida pelo pensamento, a partir da revelação dos nexos constitutivos deste movimento dinâmico, por meio de um procedimento metodológico que tem a abstração e a generalização como elementos centrais. Nesse sentido, de maneira ampla, é possível ao pensamento separar aquilo que se quer investigar – isto é, abstrair – e, ao mesmo tempo, considerar o objeto escolhido levando-se em conta a série de fatores que contribuem para que o mesmo tenha uma dada característica particular, a ser desvelada em meio às especificidades do desenvolvimento de um determinado processo real que abrange tanto a etapa mais simples quanto a mais complexa da existência deste objeto – numa generalização⁵.

Assim, metodologicamente, cabe ao pensamento a reprodução do movimento de gênese do objeto através de conceituações dadas a partir dos dois elementos acima citados, estando estabelecida a possibilidade do conhecimento – o qual, nessa perspectiva, aparece como uma intenção ontológica, conforme buscaremos mostrar no item a seguir.

⁵ A respeito do lugar da generalização para a descoberta de especificidades, citemos os *Grundrisse*: ao perguntar-se se havia sentido falar de uma “produção em geral”, Marx respondia que isso não passava de uma abstração, porém uma abstração que, na pergunta, reservava um sentido peculiar “na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou esse elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros são comuns apenas a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que as diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos” (MARX, 1978, p.4-5).

Trabalho e produtos humanos

A formação do ser social e sua produção e reprodutibilidade posterior não podem ser compreendidas sem que se considere a história do ser humano como história do homem que se humaniza ao separar-se da natureza, de modo que entendemos que sua realização é a realização da própria sociabilidade e, portanto, está submetida ao curso da contradição do desenvolvimento desse ser. Com essa separação e inclusive por meio dela, o homem domina e compreende o elemento natural e, assim, a história se cumpre como realização do homem como ser unitário e singular, fundamentalmente diferenciado do caráter unitário e não diretamente societário do ser da natureza. O homem compreende a natureza como também um ser, embora a dinâmica desta seja natural, portanto causal, e não social: como elemento que, ao ser nutrido, é não-teleológico, mas *exclusivamente determinativo*, ao contrário do pressuposto de toda e qualquer compreensão social consistente, na qual a posição de finalidades e a determinação devem ser separadas e compreendidas na sua inteireza, particularidade e, sobretudo, combinação. É importante que se sublinhe esse aspecto, pois, ao se tocar na importância das posições finalísticas colocadas pelo homem, é possível perceber e tematizar as diferenças e a complexidade que norteiam o conjunto social desde os primórdios do desenvolvimento humano, indicando como verdadeiramente fundante o papel do trabalho – entendido como a atividade entre ser humano e natureza mediada pela consciência – nessa realização.

Referindo-se precisamente ao trabalho como aquele meio responsável pelo caráter humano particular da sociabilidade, diz Lukács (2009):

Para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo orgânico de reprodução. (...) A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa estabilização dos seres vivos na competição biológica com seu meio ambiente. O momento essencial da separação é constituído não pela fabricação de produtos, *mas pelo papel da consciência*, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que já no início do processo existia “na representação do trabalhador”, isto é, no plano ideal (LUKÁCS, 2009, p.228-229, grifo nosso).

O núcleo dessa reflexão baseia-se no fundamento de que o homem é *um ser que dá respostas*. Tal proposição equivale à efetiva aceitação de que o complexo desse intercâmbio é constante e crescente gerador de outras perguntas, prestadoras, por sua vez, de soluções igualmente complexas e sintéticas, que acompanham o desenvolvimento social e que traduzem essas respostas em um apanhado de alternativas, nas quais e pelas quais estão dadas a possibilidade e a necessidade de escolha, num grau múltiplo que cobre tanto preocupações e confrontos quanto, igualmente, recursos de reapropriação dos elementos determinantes da direção que tomou a consciência e também a atividade humana. Ou seja, se é finalmente posto um processo de complexos que necessita de perguntas e respostas – e esses dois elementos são colocados pelo mesmo ser cuja avidéz pela resposta é sinal daquela carência –, o seu norte é essencialmente modelado por uma instauração consciente capaz de reger princípios diversos de sociabilidade.

Claro está que o trabalho, do ponto de vista segundo o qual está sendo aqui exposto, escapa a qualquer forma de denominação histórico-espacial específica, num intercâmbio localizado e peculiar. Pelo contrário, ao tomá-lo na sua particularidade de criação e efetivação de produto da consciência – portanto, produto social pré-ideado –, nós o temos como fundante da sociabilidade humana, que se traduz tanto numa sociabilização da individualidade, como igualmente numa humanização da sociabilidade. Precisamente, o trabalho aparece como a instância de desenvolvimento da complexificação dos polos gênero-indivíduo, os quais não são vistos separadamente, levando-nos sempre a pensar no indivíduo enquanto exemplar do gênero e este se apresentando singularmente, justamente por ser socializado. Assim, a presente perspectiva sustenta que o imbricamento entre indivíduo e sociedade obedece a uma determinação mútua dessas esferas, determinação que só ganha corpo e riqueza através do desenvolvimento do universo do indivíduo no interior do seu ambiente social, em que o processo de humanização acontece graças à realização iniciada pelo processo de trabalho e, em decorrência, por necessidade de decisões que põem em movimento posições finalísticas que produzem esse mesmo processo de trabalho como um todo.

Aqui, portanto, o trabalho expressa a maior integralidade humana: no seu aspecto espiritual, consciente, corpóreo e

objetivo ele só pode ser posto em movimento, invariavelmente, por posições que buscam finalidades. Trabalha-se porque há necessidade e essa necessidade é algo que depende da reflexão: a consciência atua sobre a realidade criando novas objetividades, mas mantendo o universo material dentro de seus próprios limites. A necessidade materializada é expressão já sintética de materialização do pensamento.

Já em um primeiro momento, o trabalho aparece como elemento fundante de atribuição do ser, tornando-o social, somente porque a consciência daquele ser que trabalha carrega consigo a responsabilidade de diferenciá-lo do processo de trabalho comum à natureza orgânica: a consciência, a pré-ideação, a possibilidade de escolha, na medida em que acompanham o homem no processo de absorção da natureza, vão sucessivamente lançando-o num plano superior de sociabilidade, num distanciamento inconfundível da instância biológica – instância esta que não se coloca no interior de um processo social capaz de colocar finalidades. Assim, no que diz respeito ao trabalho, o conjunto de finalidades buscadas tem condições bastante favoráveis de apreensão universal das conseqüências possíveis, delimitando aí uma hierarquia de respostas, o que leva a escolhas cada vez menos sujeitas à alternância de um leque genérico de alternativas. Isto tudo é possível porque esta é a esfera de intercâmbio entre homem e natureza, um complexo ainda rudimentar pertencente ao espaço mais restrito da ação decisória, ainda que ao sujeito não seja colocado com toda a clareza aquele conjunto de circunstâncias produtoras de uma dada situação que precisa ser solucionada.

Por outro lado, porém, na medida em que avança o grau de sociabilização e humanização, revestindo de rica complexidade a sociedade e seus produtos, avança, ao mesmo tempo, o grau de incerteza colocado no plano decisório mais amplo, resultante de uma diferenciação superior na medida em que, não somente na divisão do trabalho, mas igualmente por causa dela, tem lugar uma separação cadenciada entre o próprio conhecimento (e o uso que se faz dele) e os fins e os meios que em princípio o norteavam. Nessa esfera, estão em jogo aqueles produtos espirituais que só nascem num estágio mais avançado de sociabilidade e complexificação social, notadamente aquele em que o intercâmbio direto com a natureza não mais é responsável

pela dedicação integral do homem ao processo de trabalho, e que é igualmente um momento em que o aumento da produtividade (ou a diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da vida) já alcançou um estágio que permite a ele distanciar-se gradualmente do sacrifício cotidiano do reproduzir material imediato e natural, numa luta de sobrevivência, consolidando aí não somente uma posição pré-determinada em termos de finalidades buscadas, mas, muito mais do que isso, que permite também conceber suas e outras relações num plano individual, social e – o que é mais importante – reflexivo-valorativo com outros homens. Podemos distinguir esse plano como sendo a realização do anterior objeto em-si no atual ser-para-nós do processo de conhecimento,

processo através do qual, a partir desses conhecimentos surgidos por necessidade vital (que, no início, assumiram a forma do costume, da tradição, dos hábitos e também do mito), se desenvolveram em seguida procedimentos de tipo racional, até mesmo algumas ciências (LUKÁCS, 2009, p.235).

Esse processo, assim, foi se estruturando em conformidade dialética com a humanização e maior autonomia em relação à execução imediata e direta de uma atividade laborativa e, a partir daí, até as instâncias mais complexas do pensamento, tanto no que tangencia a tematização concernente à sua própria existência quanto na instauração de categorias em que o próprio processo laborativo escapa às regras da produção imediata. O avanço no desenvolvimento material dá sentido, então, à apreensão do real exercida pelo pensamento humano – à qual fizemos referência no item anterior –, de modo que a elevação do nível da consciência explica-se, mesmo que não mecanicamente, em termos do grau de complexidade social. Em outras palavras, a consciência, para ser efetiva, deve estar à altura do objeto que visa apreender, mas a própria possibilidade de sua emergência deve ser procurada nas condições da existência material – conforme desenvolve extensivamente Marx em vários escritos, mas particularmente naquele em parceria com Engels chamado *A ideologia alemã* (ENGELS; MARX, 2007).

Encontrando-se, então, num campo de maior complexidade social, podemos apontar e reconhecer uma grande diversidade daqueles que são entendidos enquanto produtos espirituais, advindos da base material. Em meio a eles, podemos claramente

distinguir a ideologia, a qual passaremos, então, a abordar, tendo em vista e ancorando-se neste levantamento feito a respeito do trabalho – que, elucidando o caráter reativo do homem frente às questões que lhe são postas pelas condições materiais, localiza a ideologia em vinculação às complexas respostas que a estas mesmas questões são dadas.

Ideologia enquanto representação que visa dirimir conflitos

A ideologia – conforme já pontuamos – se apresenta de maneira mais clara quanto ao desenvolvimento e à expansão da complexificação social, a partir da emergência de produtos teóricos e formas de consciência originados da produção material e, logo, da atividade produtiva. Nesse sentido, defendemos que a ideologia, de modo peculiar, intervém nos momentos que caracterizam a formação social enquanto *atividade de uma coletividade*. Dito de outro modo, a ideologia configura-se como uma elaboração espiritual específica, onde se representam variados aspectos necessários para a vida dos homens em sociedade, de modo a, assim, *guiar e operacionalizar a práxis social destes*. N'A *ideologia alemã*, Engels e Marx apontam como podemos distinguir tais representações:

As representações que esses indivíduos produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural (...). É claro que, em todos esses casos, *essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política*. A suposição contrária só seria possível no caso de, além do espírito dos indivíduos reais e materialmente condicionados, pressupor-se ainda um espírito à parte (ENGELS; MARX, 2007, p.93, grifo do autor).

A necessidade desse modo específico de intervenção, que se constitui com a ideologia, põe-se a partir da emergência e do advento de questões, conflitos e impasses que não estão circunscritos somente pela determinação natural, mas que estão, especialmente, resguardados pela interferência precisa de específicos interesses humano-societários que avançam

justamente com a sociabilidade tornada cada vez mais complexa, em seu maior grau de sociabilização e humanização.

Com isso, passam a ser indispensáveis a inserção e a transformação das posições finalísticas ou teleológicas de outros homens, visando justamente guiar e operacionalizar sua prática, tendo em vista a continuidade da formação social enquanto coletividade⁶ – a qual já nos referimos acima. A efetividade da ideologia baseia-se precisamente nessa intervenção nas posições teleológicas dos homens, de modo que, assim, há com a ideologia a conformação de um *dever-ser* a partir de uma posição teleológica não só mais complexa, mas qualitativamente distinta, já que esta incide sobre a subjetividade de um outro sujeito – e não na natureza tomada então como objeto (LUKÁCS, 1981, p.127)⁷.

Só compreendemos a inserção dessa específica posição teleológica quando temos claro que, com o trabalho, há a emergência de vida *significativa* para os indivíduos (MÉSZÁROS, 2007, p.34). Dito de outro modo, a humanização propiciada pelo trabalho, justamente ao desenvolver a relação entre indivíduo e gênero ao qual nos referimos, tornando o primeiro cada vez mais singularizado – embora socializado –, abre caminho para múltiplas e possíveis apreensões da situação real, que, então, passam a constituir e, ao mesmo tempo, são constituídas por interesses de grupos sociais específicos. A partir daí, temos a possibilidade de diferentes respostas às questões levantadas, com diferentes intervenções nas posições teleológicas de outros homens.

Em meio a essa esfera, a ideologia aparece, assim, organicamente como *instrumento* cuja função é fornecer respostas às questões e aos conflitos colocados. Mas, muito mais do que resposta a uma necessidade imediata, natural, ela resulta daquelas situações que dizem respeito a problemas que afetam a humanidade como um todo e que dizem respeito aos aspectos segundo os quais ela vai se organizar – resposta que só pôde e

⁶ Conforme veremos logo mais adiante, isso não significa uma certa teleologia no rumo a ser historicamente seguido, mas somente a defesa de que o homem constitui-se e só existe em sociedade, de modo que a conformação da sociedade – seja ela qual for – está baseada nas ações destes homens que a formam, cujo conteúdo revela, ainda que de forma não consciente, este aspecto de sociabilidade e coletividade.

⁷ Utilizamos, para estudo e preparação deste texto, a tradução de Ivo Tonet para o capítulo 1 da *Ontologia do Ser Social*, de Lukács, cujo título é “O trabalho”. Todavia, como esta tradução não foi publicada e, ainda, circula de maneira até mesmo informal entre os estudiosos ou interessados na obra de Lukács e na obra de Marx, optamos, para facilitar ao leitor, por usar como referência das páginas, para citação, a tradução do mesmo capítulo para o italiano, embora transcrevamos a versão de Tonet.

só pode ser aventada a partir de uma pergunta formulada pelo homem na sua condição efetiva de *ser humano*.

Sinteticamente, a ideologia aparece como o “momento ideal” da prática humana e se põe quando a prática social se volta para a resolução de problemas colocados em perspectiva também social. *Pelo e no âmbito da sociedade*. A ideologia proporciona a tomada de consciência dos problemas que afetam grupos sociais, assim como a orientação para a resolução destes conflitos ao guiar a prática humana, ainda que o conjunto ou mesmo o conteúdo das respostas possa ser gnosiologicamente interpretado como falso. A ideologia é, nessa medida, um elemento regulador, cujo fim é dirimir conflitos sociais, colocando-se enquanto expressão das soluções passíveis de serem efetivadas.

É importante ressaltar que a função de dirimir conflitos sociais não aproxima a ideologia de um necessário consenso, à medida que esta resolução não visa encaminhar o desenvolvimento social para um caminho pré-determinado. Nesse sentido, acreditamos que a intervenção da ideologia, visando à continuidade da formação social enquanto coletividade – o que acima pontuamos –, somente respeita, como já elucidamos, o caráter de ser social do homem, mas não diz respeito à manutenção ou à ascensão a um dado estado ou estrutura social *específicos*, entendidos como prevalência do *status quo* ou como um fim a ser necessariamente alcançado. Conforme colocamos, o confronto entre distintos interesses representados por diferentes grupos sociais abre possibilidade para várias e, muitas vezes, divergentes respostas a um mesmo impasse, de modo que, sem defender um fim prévio para o desenvolvimento social e histórico, Marx, no conhecido Prefácio de 1859, ressalta a necessidade de luta entre diferentes perspectivas que a tomada de consciência dos conflitos traz consigo:

é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as *formações jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim*. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, *é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre*

as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1978, p.125-126, grifo nosso).

Sendo, portanto, uma resposta geral que constitui aquele momento ideal, podemos dizer que o entendimento sobre o que seja ideologia tem no componente civilizatório um elemento fundamental para sua compreensão e participa da seguinte conclusão: por ser um episódio necessário da prática humana, a ideologia não concerne exclusivamente à sociedade de classes, na forma avançada em que hoje a conhecemos. Já nas primeiras sociedades, por exemplo, os homens em sua relação com a natureza faziam com que se produzisse ideologia, já que o fazer-se humano remete necessariamente a práticas ideológicas na medida em que respostas que visam solucionar conflitos pedem uma difusão da prévia ideia responsável para tal. Desde que haja formação social, há ideologia – onde quer que haja ser social, há problemas a serem resolvidos, conflitos a serem dirimidos e respostas que visam sua solução, ficando a ideologia com a função de conscientização e operacionalização desse complexo. Assim, a condição de falsa consciência não gera, por si mesma, ideologias, embora nada impeça, do ponto de vista das relações que perpassam a estrutura do ser, que mesmo sendo infrutífero ou incorreto um pensamento, ele surja como expressão ideológica, desde que as condições para que seja difundido e estabelecido como resposta a um problema colocado pela sociedade, enquanto gênero, estejam dadas.

Nesse ponto, é fundamental apontar que dentre as condições para a difusão da resposta encontrada está a própria interiorização desta nos homens individuais. Em outras palavras, vê-se a importância de que a ideologia, constituída enquanto representação das condições de existência atinja os *homens individualmente*, fazendo com que estes conformem suas ações, conduta e relações com outros homens de acordo com ela, vivendo interesses coletivos que são expressos – mesmo que não de forma explícita – no âmbito da ideologia como seus próprios interesses (LUKÁCS, 1981, p.452-453). A identificação do fenômeno ideológico com projetos de sociedade em luta, relativos aos seus respectivos grupos sociais, não invalida a sua inserção e compreensão no plano individual, mas se apresenta como fator ativo do próprio desenvolvimento social e como necessário a ele, já que uma de suas manifestações é, como vimos, a complexificação da relação entre indivíduo e gênero humano. Assim, coloca-se

como central para a ideologia – e igualmente na análise desta – o enraizamento na vida cotidiana, entendida como espaço da individualidade que, por sua vez, não se esgota em si mesma, mas se coloca em constante e indissociável ligação com a esfera do gênero humano, tendo sentido a partir desta (ANTUNES, 2009, p.167).

Somente desse modo temos atendidas as potencialidades da ideologia enquanto forma mental de apropriação do mundo com vistas a uma operacionalização dos problemas de existência. Ou seja, para tal, prescinde-se de uma intervenção nos homens individuais e de uma ancoragem nestes, de forma a compatibilizá-los com tendências presentes na formação social em questão – afinal, são estes homens que fazem a história, mas, conforme apontou Marx, não a fazem como querem, e sim nas condições existentes (MARX, 2011).

Assim sendo, o momento ideal, necessariamente guia e organizador de qualquer prática humana, aparece, no fenômeno ideológico, como constitutivo de uma representação que, conforme vimos, concerne a questões de impasses e conflitos sociais, e deve seguir os parâmetros requeridos à apreensão da realidade, na elucidação de quais sejam os determinantes fundamentais envolvidos. Para além e em complementação a isso, porém, o apontamento de tais determinantes deve-se apresentar em alusão ao que é vivido pelos indivíduos, ao mesmo tempo em que constrói os mesmos, pois é na cotidianidade que a ideologia expõe sua força e seu poder enquanto constituinte da vida social como um todo – em seu desenvolvimento, suas relações, manutenção e mudança.

Para terminar, temos de dizer o seguinte: no início deste texto, sugerimos que uma abordagem do tema aqui desenvolvido atribuía geralmente a Marx uma percepção da ideologia enquanto fenômeno compreendido como “falsa consciência” ou “consciência invertida”, sugestão vinculada às formas segundo as quais esse autor desenvolvia, em suas análises, críticas à filosofia e à religião, tomando-as como interpretações puramente idealistas, falsas, de contradições cujas origens só podiam remontar a relações materiais de existência não adequadamente desvendadas. Infelizmente, houve uma ampla generalização do entendimento que autores marxistas, ou não, tiveram dessas críticas, a ponto de transformá-las numa suposta teoria marxiana da ideologia – apesar de o próprio Marx nunca haver elaborado

de forma sistemática uma teoria da ideologia, nem tampouco ter alegado que o fenômeno ideológico persistiria enquanto falsa consciência. É claro que as reflexões de Marx sobre a insuficiência das visões de mundo da religião, da filosofia ou da economia política e sua explanação sobre o alcance do fetichismo da mercadoria, por exemplo, numa contraposição feroz a estas representações, são argumentos bastante fortes em favor de uma teoria negativa da ideologia, que a qualifica somente a partir do caráter de mistificação, dominação e/ou subordinação. Mas, ao mesmo tempo, é bastante claro que Marx compreendia essas tomadas de posição como formas singulares de apreensão e interpretação de uma realidade específica, um processo de conscientização que, no limite, tinha por objetivo propor uma solução para os problemas sociais colocados pela história, conforme ele mesmo declarou no Prefácio de 1859 de *Para a crítica da economia política*, por nós citado, ao referir-se à ideologia. E essas soluções, é claro, podiam tanto estar acompanhadas pela correção científica como pelo equívoco do oportunismo, uma vez que dependiam (como ainda dependem), sempre, da maneira segundo a qual a leitura do real tem condições de colocar-se efetivamente como síntese do processo em questão. Enfim, se as soluções propostas são mais ou menos falsas, mais ou menos verdadeiras, isto tem a ver com os complexos que as instauraram, pois o que está em questão, do ponto de vista ideológico, é saber o porquê de elas terem sido elaboradas assim, e não de outra forma, e de como a elaboração presente pode intervir em definitivo nos rumos da produção e reprodução da vida.

RANIERI, J.; SILVA, N. R. The ideology and its grounding in the work. *Perspectivas*, São Paulo, v.39, p.179-195, jan./jun. 2011.

■ **ABSTRACT:** *The following article discusses ideology as an element intended to extinguish social conflicts. Based on extracts from Marx's work, we find the apprehension of the ideological phenomenon as only being possible through the understanding of labor as the corner stone of social life. In this sense, ideology can contribute to the social formation. This contribution, as we would like to show, is strictly related with the development of social values and its perception in daily life.*

■ **KEYWORDS:** *Marx. Ideology. Work. Science. Consciousness. Epistemology. Ontology.*

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BACON, F. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores, 13).

CONDORCET, J. A. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DESTUTT DE TRACY, A. L. C. *Elements d'ideologie*. Paris: Vrin, 1970.

D'HOLBACH, P. H. *La politique naturelle: ou discours sur les vrais princes du gouvernement*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1971.

_____. *Ethocracie: ou le government fondé sur la morale*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1973.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

ENGELS, F; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

_____. Il problema dell'ideologia. In: LUKÁCS, G. *L'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981. v.II.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

RANIERI, J. Sobre o conceito de ideologia. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, n.13/14, p.7-36, 2002/2003.

SAINT-SIMON, C. H. *Catéchisme des industriels: ouvres*. 5v. Paris: Anthropos, 1966.